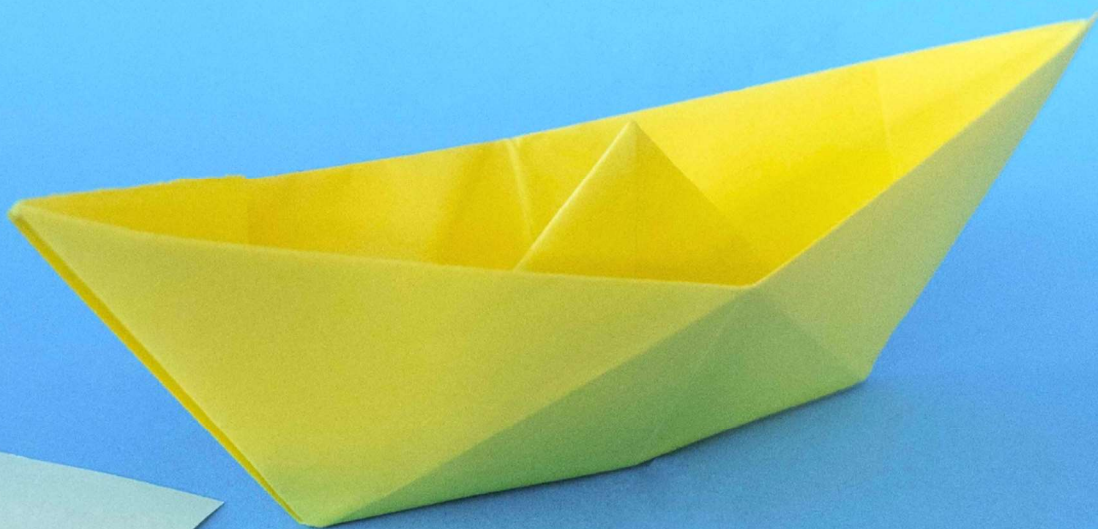


Grandes Opções do Plano e Orçamento 2025



ilhavo
Câmara Municipal

Índice

Preâmbulo.....	6
INTRODUÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	8
Enquadramento geral	8
Governança.....	11
ENQUADRAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTAL.....	21
I. Orientação técnica e recomendações para elaboração das demonstrações previsionais	21
1.1. Previsão das receitas.....	22
1.2. Previsão das despesas.....	23
II. Enquadramento estratégico dos documentos previsionais	24
III. Quadro Plurianual de Programação Orçamental.....	26
IV. Equilíbrio orçamental.....	27
V. Entidades participadas.....	29

As Grandes Opções do Plano e documentos anexos para o ano económico de 2025, constituídas pelo Plano de Atividades Municipal, Plano Plurianual de Investimentos e Mapa de Pessoal.

Documento a apresentar na Reunião Ordinária de 20 de novembro, para ser presente à Assembleia Municipal, nos termos legais:

À Câmara Municipal



JOÃO ANTÓNIO FILIPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Assinatura Digital Qualificada

(João António Filipe Campolargo)

Preâmbulo

O orçamento para 2025 reflete a visão que temos para o Município de Ílhavo: melhorar a qualidade de vida das pessoas e transformar o território.

Com um valor global que ascende os 70 milhões de euros, o mais elevado da última década, este orçamento propõe investimentos em áreas estruturais, como a Educação, a Habitação e a Saúde, consolidando o nosso propósito de aumentar a Coesão Social.

Consciente da importância da Educação no desenvolvimento social e económico, no presente e no futuro, serão aplicados mais de 21 milhões de euros na melhoria do Parque Escolar e na realização de diversas atividades e iniciativas que beneficiam a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças e jovens. Destaque para as obras de requalificação, necessárias e desejadas, da Escola Básica Professor Fernando Martins (Gafanha da Nazaré), da Escola Básica José Ferreira Pinto Basto (Ílhavo) e da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes (Ílhavo), assim como o projeto de remodelação e ampliação da Escola Básica e Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação que este Executivo está a desenvolver.

Depois da Educação, a Habitação e serviços coletivos assume uma preponderância assinalável com um investimento superior a 11 milhões de euros, com a revisão da Estratégia Local de Habitação e o desenvolvimento da Carta Municipal de Habitação, essenciais para as políticas de habitação corresponderem às necessidades dos munícipes.

Determinados em proporcionar melhores cuidados de Saúde à população, serão investidos 8,1 milhões de euros na remodelação e adaptação das instalações e edifícios de saúde, salientando-se a reabilitação e ampliação dos Centros de saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré.

Com as pessoas sempre colocadas no centro da governação, os apoios no domínio Social ascendem a 1 milhão de euros, aumentando os apoios às famílias e ao estudo no ensino superior.

Focados na promoção de estilos de vidas saudáveis em todas as faixas etárias, o Município de Ílhavo irá aplicar cerca de 1 milhão de euros na atividade desportiva, recreativa e de lazer, apostando na manutenção da melhoria das condições dos espaços físicos para o desporto, com um investimento significativo na ampliação do Parque Urbano da Malhada, na requalificação da piscina municipal da Gafanha da Nazaré e em vários pavilhões escolares.

Defensores de uma cultura mais própria, estimulando a criação artística local, de que são exemplos os projetos de comunidade - Orquestra do Mar, Companhia Jovem de Dança, Coro da Madrugada/Coro da Manhã - e o apoio a artistas locais, o programa cultural 23 milhas continuará a apresentar uma oferta cultural diversificada, dispondo de um orçamento de 820 mil euros.

Com o envelhecimento ativo como uma prioridade do Executivo, 2025 assinalará o regresso das atividades ao Fórum da Maior Idade, na Gafanha da Nazaré, após uma obra de renovação, e a

introdução do Serviço Educativo no Laboratório do Envelhecimento, aumentando a interação entre crianças e seniores.

Na promoção da participação cívica, a terceira edição do Orçamento Participativo será reforçada para o valor de 115 mil euros, procurando aumentar o envolvimento dos munícipes nos investimentos do Município.

No âmbito das infraestruturas, o ano de 2025 marcará a conclusão da cobertura da rede de saneamento do Município, de aproximadamente cem por cento, com o término das empreitadas na Gafanha do Carmo e Gafanha da Boavista (2,3 milhões de euros).

A estratégia de construir um território sustentável e amigo do ambiente prosseguirá com a implementação do Plano de Ação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, enquadrado no Plano Municipal de Ação Climática, e a separação e valorização dos biorresíduos.

Sumariamente, a Educação (42%), a Habitação e serviços coletivos (23%), a Saúde (16%) e os Serviços Culturais, Recreativos (7%) apresentam-se como os maiores investimentos municipais para 2025, refletindo o objetivo de aumentar a Coesão Social, tornando o território mais desenvolvido, justo e saudável para todos.

Assim prosseguimos o compromisso, assumido em outubro de 2021, de colocar sempre as pessoas no centro da nossa governação, trabalhando com transparência, responsabilidade, cooperação e proximidade.

INTRODUÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

Enquadramento geral

Em resultado das eleições antecipadas, devido à instabilidade política e à dificuldade em aprovar o orçamento, Portugal, desde março de 2024, apresenta um novo xadrez político que, como não poderia deixar de ser, desempenha um papel crucial na determinação do futuro do país.

As referidas eleições não redundaram, como se sabe, numa clara maioria governativa, pelo que os riscos de novas eleições antecipadas no final de 2024, caso o Orçamento do Estado não fosse viabilizado, eram bastante reais. Porém, em prol da estabilidade política, os principais partidos da atual configuração parlamentar, colocaram de lado as diferenças que os separam, chegaram a um acordo que permitiu a viabilização do orçamento na generalidade.

Não obstante, os primeiros dados de 2024 trouxeram um quadro interessante. Por um lado, a descida paulatina da taxa de inflação, promovendo uma estabilização dos preços. Por outro lado, o aumento nos preços da energia pode ser um problema para os consumidores, especialmente se essa tendência perdurar.

Como referido, a taxa de inflação é sinónimo de estabilização dos preços, mas o momento permanece de cautela.

Recordamos ainda o aumento incessante nas taxas de juro para financiamento habitacional em Portugal, consequência das políticas do Banco Central Europeu (BCE) que após um período de dez subidas consecutivas anunciou, no decorrer de 2024, o primeiro corte das mencionadas taxas, sugerindo uma mudança na política monetária para lidar com o processo de desinflação.

A escalada dos juros afeta o custo do crédito e conseqüentemente a capacidade de famílias e empresas liquidarem os seus empréstimos.

Para além dos juros, observa-se uma tendência de crescimento contínuo dos preços no acesso ao arrendamento, observada em vários Estados-membros, incluindo Portugal, o que vaticina o prolongamento das pressões persistentes nos preços da habitação em meses vindouros.

Ainda assim, o país tem atualmente possibilidade de beneficiar de um crescimento económico mais robusto do que o expectável, concorrendo para o efeito a implementação mais eficiente dos projetos de investimento e das reformas macroeconómicas previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Neste âmbito, as autarquias locais como base estruturante do Estado, assumem-se como o elo territorial de proximidade com as populações. A perceção, in loco, daquelas que são as necessidades prementes dos munícipes, transferem para o poder local uma exigência máxima na execução do PRR.

No contexto internacional, a comunidade europeia e os países que nela se encontram representados, têm vindo e certamente continuarão a enfrentar múltiplos desafios.

Desde já, após encarar a pandemia surgiu a guerra na Ucrânia e posteriormente o conflito registado na Faixa de Gaza. Com a economia mundial ainda em recuperação, o resultado das eleições norte-americanas apresenta-se com uma importância acrescida tendo em conta a atual conjuntura geopolítica internacional. A incerteza que advém destas eleições e a duração e extensão dos conflitos armados, pode levar ao adiamento de decisões de investimento e consumo, o que poderá diminuir o crescimento do PIB global.

O bloco comunitário europeu tem demonstrado união em diversas questões fulcrais, como a pandemia, a guerra da Ucrânia e várias outras crises de índole económica. Mas com a mudança na governação norte-americana pode gerar a tendência de diferentes reações, e não só relativamente à guerra na Ucrânia, que, quanto à crise no Médio Oriente, essas diferenças já são bastante visíveis. O risco de haver uma mudança brusca nas relações transatlânticas é real e pode impelir ao princípio do fim da unidade europeia.

A União Europeia (UE) deve olhar para o último resultado eleitoral das presidenciais norte-americanas como uma nova janela de oportunidades.

Com a nova liderança norte-americana a tomar posse no início de 2025, devemos ter uma UE politicamente mais coesa, politicamente mais forte, mantendo-se como um inabalável aliado dos Estados Unidos da América, pese embora se preveja que a política externa norte-americana se molde em tons nacionalistas.

Este é mais um grande desafio para a UE, observar e aproveitar a oportunidade para reforçar laços e manter as pontes de diálogo. Deve ter atitude, saber estar, saber qual o seu papel, qual o seu lugar, que puxe por si, pela sua unidade e fortaleza política.

Deverá ser um estímulo para responder como uma UE mais capacitada, em que a soma dos 27 Estados-Membros seja mesmo isso, uma soma de consensos políticos nas questões fundamentais.

No cenário das guerras, obviamente, com o novo Presidente eleito, Donald Trump, espera-se que a sua administração seja mais capaz, mais interventiva, que ajude de forma responsável, mais competente a diluir com as guerras, particularmente, as guerras absurdas travadas na Ucrânia e no Médio Oriente.

Considera-se, pois, que os riscos para as perspetivas são de modo global equilibrados. Por um lado, subsiste o risco de uma escalada das tensões geopolíticas que induza a uma maior fragmentação económica, a uma menor procura externa e aos preços das matérias-primas e à volatilidade do mercado. Além disso, no panorama interno, a inflação implícita poderá revelar-se mais inflexível, sobretudo se o crescimento dos salários continuar a suplantar o crescimento da

produtividade. Por outro lado, a resiliência do mercado laboral e a dinâmica mais acérrima do turismo poderão brindar um impulso adicional ao crescimento.

A economia portuguesa enfrenta atualmente um cenário económico complexo, de crescimento moderado e desafios estruturais. O momento é de prudência. Neste quadro, é fundamental antecipar e compreender o que pode influenciar a economia portuguesa e quais as expectativas para o futuro.

Em termos estratégicos, o orçamento camarário sustenta-se numa gestão rigorosa das finanças municipais aliada ao investimento promotor do desenvolvimento do território e da melhoria da qualidade de vida no concelho, são objetivos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 da Câmara Municipal de Ílhavo.

As Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2025 não descaram o atual contexto geopolítico internacional e naturalmente a conjuntura económica incerta e difícil. Porém, os indicadores económico-financeiros do município, permitem antecipar uma tendência evolutiva capaz de centrar a sua atuação na prestação de um serviço público de qualidade alicerçado no planeamento, na coordenação e na gestão eficiente dos recursos municipais.

Os presentes documentos previsionais confirmam, assim, a estratégia para o mandato autárquico iniciado em outubro de 2021 e que assenta no dever de executar um plano de desenvolvimento que esteja ao serviço dos reais interesses dos nossos munícipes.

Governança

As prioridades para o ano de 2025, inseridas no orçamento, enquadram os grandes eixos estratégicos constantes no programa autárquico para o mandato 2021-2025, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipal (PAM).

Nas Grandes Opções do Plano (GOP), o valor global estimado da despesa para 2025 é de 49 899 850 milhões de euros dos quais 39 780 350 milhões de euros respeitam ao PPI e 10 119 500 milhões de euros ao PAM.

<i>Serviços gerais de administração pública</i>	2 050 500,00 €
<i>Segurança e ordem públicas</i>	256 550,00 €
<i>Educação</i>	21 144 850,00 €
<i>Saúde</i>	8 100 000,00 €
<i>Segurança e ação sociais</i>	1 140 050,00 €
<i>Habituação e serviços coletivos</i>	11 298 900,00 €
<i>Serviços culturais, recreativos e religiosos</i>	3 482 150,00 €
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</i>	50 000,00 €
<i>Indústria e energia</i>	35 050,00 €
<i>Transportes e comunicações</i>	1 251 300,00 €
<i>Comércio e turismo</i>	750 500,00 €
<i>Transferências entre administrações</i>	340 000,00 €
Total	49 899 850,00 €

A **Educação** tem um dos maiores investimentos do Município em 2025, representando 21 milhões de euros, ou seja, cerca 42% do total das GOP. Aqui, destacam-se as obras de requalificação da Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Escola Básica José Ferreira Pinto Basto e Escola Básica Professor Fernando Martins, financiadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e o desenvolvimento do projeto de remodelação e ampliação da Escola Básica e Jardim de Infância da Gafanha da Encarnação Norte, num projeto que transforma, por completo, o atual edifício e se traduz num investimento de cerca de 2,5 milhões de euros, em articulação com a DGEstE.

No próximo ano, continuar-se-á a apostar na promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), do Serviço Educativo Municipal de Ílhavo – reforçado com a oferta de atividades no âmbito da intergeracionalidade, com ênfase no Laboratório do Envelhecimento - da cultura, das STEAM, do ambiente e da educação rodoviária, passando pelas comemorações especiais (Natal, Carnaval e Dia Mundial da Criança).

Em 2025, a **Habitação** e serviços coletivos apresentam uma dotação de cerca de 11,3 milhões de euros, representando 23% do orçamento municipal. Neste âmbito, destacamos a concretização da revisão da Estratégia Local de Habitação, com um valor alocado de mais de 5 milhões de euros e o desenvolvimento da Carta Municipal de Habitação, procurando alinhar as políticas de habitação com as necessidades reais do município.

O **Ambiente** continua a ser uma aposta prioritária para fomentar um Município sustentável e saudável. A valorização da biodiversidade no território e a gestão eficiente dos recursos no espaço público são prioridades, prosseguindo o trabalho já desenvolvido. A implementação do PAPERSU, enquadrado no Plano Municipal de Ação Climática, bem como a separação e valorização de resíduos, nomeadamente os biorresíduos, consubstanciarão a transformação comportamental, via reforço na sensibilização e educação ambiental, que pretendemos atingir. A ação dos Resíduos Sólidos Urbanos tem alocada uma verba de, aproximadamente, 5 milhões de euros que, incluindo o financiamento não definido, respondem, fundamentalmente, aos custos derivados do contrato de entrega, receção, recolha seletiva e destino final. Por fim, no âmbito da educação ambiental, reforçaremos o apoio às escolas e à oferta cultural nos mais diversos âmbitos, bem como ao envolvimento da comunidade sénior, estimulando práticas de economia circular, entre outras.

A **Saúde** detém uma dotação de 8,1 milhões de euros, incorpora 7,7 milhões de euros para as ações de remodelação e adaptação das respetivas instalações e edifícios. Já em 2025 será possível avançar com as empreitadas de reabilitação e ampliação dos Centros de Saúde de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré, cuja necessidade de intervenção se tem vindo a agravar nos últimos anos. O apoio financeiro está enquadrado no Investimento RE-C01-i01 - “Cuidados de Saúde Primários com mais respostas”, previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Está ainda prevista a intervenção na extensão de Saúde da Gafanha do Carmo, com vista à melhoria das suas condições para utentes e profissionais. Apresentaremos, ainda, a Carta Municipal da Saúde, um documento com a visão sustentável para esta área.

No próximo ano, os **Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos** surgem com uma dotação de 3,5 milhões de euros. No âmbito dos equipamentos culturais, é importante destacar os investimentos na manutenção dos edifícios e as empreitadas a realizar para a reabilitação do Museu Marítimo de Ílhavo, para o Cais Criativo da Costa Nova do Prado e o projeto de remodelação da Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré, edifícios que necessitam de intervenção específica para resolução de patologias agravadas ao longo do tempo.

O projeto 23 MILHAS, com um orçamento global de 820 mil euros, mantém o compromisso de levar a cultura a todo o município, apresentando-se em espaços públicos convencionais e não convencionais dos quais destacamos os espaços religiosos, com uma clara aposta na formação e integração de novos públicos. O forte investimento nos projetos de comunidade, como a Orquestra do Mar, a Companhia Jovem de Dança, Coro da Madrugada/Coro da Manhã, bem

como a aposta em artistas locais que fomentam o sentimento de pertença e identidade, destacam o 23 Milhas no panorama nacional, evidenciando a sua missão. A oferta cultural diversificada, contará ainda com o acolhimento de dezenas de espetáculos promovidos pelas associações locais, afirmando a missão do projeto cultural em trabalhar a contemporaneidade, cruzando as mais diversas correntes artísticas.

O Museu Marítimo de Ílhavo, como pilar de cultura no nosso município, continuará a ser uma ponte entre o passado e o futuro, sempre focado na sustentabilidade. A pluralidade do Museu, conectando várias comunidades ligadas à pesca do bacalhau, é uma prioridade na afirmação relevante do trabalho desenvolvido pelas suas equipas, quer na investigação, quer na curadoria e preservação do nosso património. Reforça-se, ainda, a sua importância na literacia azul e na missão para a persecução dos objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. Em 2025, está prevista a ida do Navio-Museu Santo André à doca seca, numa intervenção orçamentada em cerca de 250 mil euros, um valor considerável do orçamento, para a manutenção e recuperação de um equipamento âncora da identidade marítima ilhavense.

Atualmente, encontra-se em preparação um Concurso de Ideias para a construção de um novo Arquivo, que, em complementaridade com o Centro de Documentação de Ílhavo, permitirá albergar do espólio do Museu Marítimo de Ílhavo, entre outros, o Arquivo das Pescas. O projeto a desenvolver responderá às exigências técnicas de tratamento de arquivo, dotando o Município de Ílhavo de um equipamento dedicado, com todas as condições exigidas e com um carácter nacional.

O Centro de Documentação desenvolve atividade de extrema relevância no que concerne à história local, sendo esta uma aposta cada vez mais preponderante no conhecimento que pretendemos fomentar relativamente ao nosso território e às nossas gentes, cruzando vários públicos e através de diversas ferramentas. A produção documental, neste âmbito, contando com contributos providos de rigor e qualidade, será uma prioridade em 2025.

A Biblioteca Municipal, que viu a sua rede incrementada com a abertura de novas bibliotecas escolares, levando esta valência de forma mais próxima a mais crianças e jovens, apresenta-se agora com um novo dinamismo na Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré. De forma a reforçar a atratividade dos vários públicos, a verba para a aquisição de obras será reforçada quer para o público escolar quer para a comunidade, num valor superior a 100% (28.000€). As atividades promovidas por esta estrutura mantêm o objetivo primordial na persecução da promoção do livro e das literacias, garantindo oferta para todas as faixas etárias e todos os públicos.

Importa ainda referir que se encontra em desenvolvimento o projeto para a Biblioteca Gastronómica, um novo edifício a construir no antigo matadouro do esteiro da Malhada, em Ílhavo, com um âmbito e programação dedicados à gastronomia endógena, e cujo montante global ascenderá a 800 mil euros.

No **Desporto, Recreio e Lazer, em 2025**, estão alocados cerca de 1 milhão de euros. Numa sociedade cada vez mais ligada à utilização das tecnologias, em que se exigem elevados padrões de produtividade e de disponibilidade, a promoção da prática desportiva, como forma de combater o sedentarismo, constitui-se fator primordial na construção de um paradigma de uma sociedade mais ativa e saudável, física e mentalmente. Neste contexto, a ação dos Municípios apresenta-se como crucial na potenciação deste princípio, quer na disponibilização de programas, espaços e equipamentos desportivos, quer como potenciador de iniciativas promovidas por grupos, associações ou outras entidades. Neste sentido, 2025 será o ano da reestruturação da Carta Desportiva Municipal, realizada com o empenho da equipa do Núcleo de Desporto da Câmara Municipal, da utilização da piscina Municipal de Ílhavo requalificada, com espaços capazes de dar uma melhor resposta às vivências desportivas e mais “amiga do ambiente”, com novas estruturas de eficiência energética, da aposta na dinamização dos espaços e equipamentos desportivos exteriores e na promoção de atividades e eventos de cariz desportivo.

A manutenção da aposta na melhoria das condições dos espaços físicos para a prática desportiva continuará a ser o foco no ano de 2025, com investimento na piscina municipal da Gafanha da Nazaré e a requalificação de vários pavilhões escolares.

Destacam-se como atividades a dinamizar: a adaptação ao meio aquático para todas as crianças da educação pré-escolar (pública e privada); a dinamização da Escola Municipal de Natação e também da Escola Municipal de Ténis; a promoção de momentos competitivos; o apoio aos clubes e associações no contexto dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo; a disponibilização de espaços; a logística e apoio técnico para ações das associações e clubes; e a capacitação dos parceiros com vista a uma maior autonomia na promoção das suas ofertas.

Face aos bons resultados obtidos, em especial na última edição, reforçaremos a aposta na Corrida Popular da Costa Nova do Prado, com o aumento do número de inscrições e a melhoria de condições para os atletas, e voltaremos com a Travessia da Ria a Nado e o Aquatlo, atividades diferenciadoras na região de Aveiro.

Os municípios devem ter, cada vez mais, uma função capital na melhoria da qualidade de vida dos seus jovens, na sua capacitação, na promoção de momentos de formação potenciadores de reflexão sobre as suas ações e o seu futuro. Assim, 2025 será o ano de promoção de ações que visem criar diálogo, encontro e discussão, mas também diversão e envolvimento nas dinâmicas locais. Será reforçada a articulação com as escolas na promoção das sessões municipais do Parlamento dos Jovens para o ensino básico e secundário, e a promoção de iniciativas como o Cuida-te +, o Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, encontros com oradores de referência nacional, como o Pedro Queirós, entre outros.

O Mareato irá regressar às praias do Município com desafios, atividades desportivas, insufláveis, espaço lounge, música e muito mais. O Concurso de Bandas de Garagem, reestruturado e com uma dinâmica renovada, voltará em 2025, depois do sucesso da última edição. E porque de dança também se faz o Município, chamaremos à discussão e ao palco os nossos jovens, grupos, coletividades e escolas de dança para a dinamização de um concurso de Hip-Hop.

Na **Administração Pública**, em 2025, os serviços gerais recebem cerca de 2 milhões de euros, destacando-se a melhoria das condições de trabalho (500 mil euros), a organização intermunicipal (860 mil euros), onde se enquadra a reabilitação da sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA). Neste objetivo foi enquadrada a 3ª edição do Orçamento Participativo (115 mil euros), com a vontade de envolver, cada vez mais, a comunidade nessa mesma decisão. Ainda neste âmbito, prosseguir-se-á com o envolvimento da comunidade nos processos de planeamento e decisão sobre o território. Em 2025, dar-se-á continuidade ao desenvolvimento de Sessões Participativas, de trabalho e discussão, relativos a projetos em curso, como forma de envolver a comunidade no exercício democrático. Desta forma, procuraremos encerrar importantes processos de planeamento e políticas públicas para o Município de Ílhavo, assegurando que todas as partes interessadas foram envolvidas, e balizando, com contributos mais abrangentes, os investimentos a realizar.

Avançaremos com a criação do Provedor do Município, função esta que cumpre com uma meta estruturante do nosso compromisso, no sentido de promover a interlocução e garantir a defesa e a prossecução dos direitos e interesses legítimos dos munícipes perante os órgãos e serviços municipais, com vista ao pleno exercício da sua cidadania.

No âmbito da **Mobilidade**, depois de, em 2024, se ter resolvido um problema de décadas com a eliminação de um ponto crítico na segurança rodoviária, pela demolição da Casa Florestal existente no limite do Município com o Município de Vagos, encontra-se em curso o licenciamento do projeto para a execução da ciclovia que concretizará o primeiro percurso ciclável intermunicipal, permitindo a ligação do Município de Vagos à Zona Industrial da Mota. Em 2025, no seguimento do trabalho desenvolvido com a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável do Município de Ílhavo, encontra-se também prevista a resolução da ligação entre a Gafanha da Nazaré, no “nó da Friopesca” e a Ponte da Barra, procurando a concretização do PAMUS 07.

É, também, intenção desenvolver a ligação pedonal entre o Município de Ílhavo e o Município de Aveiro, nomeadamente pela construção de passeios.

A Avenida José Estêvão na Gafanha da Nazaré, será alvo de um estudo e intervenção, consequente do Plano Estratégico (*Masterplan*) para o centro da cidade, por forma a melhorar a sinalização existente, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e circulação, promovendo uma melhor convivência entre modos de circulação.

Encontra-se em curso a definição de um procedimento tendo em vista a desafetação de regime florestal para o aumento da área da Zona Industrial da Mota.

Concluídos todos os procedimentos relativos à regulamentação da Área de Acolhimento Empresarial da Gafanha de Aquém, existe uma elevada expectativa na alienação dos lotes e prossecução de investimentos privados para o estabelecimento de novas unidades, concretamente relacionadas com a indústria 4.0.

Na Área de Acolhimento Empresarial das Ervasas, após um processo de aquisição de prédios, e aprovado que está o projeto, estão a desenvolver-se todos os trâmites para que se inicie a construção da via de ligação direta à Zona Industrial a partir do acesso de Ílhavo à A17. Esta ligação é fundamental, uma vez que irá permitir diminuir o tráfego nas vias internas, em núcleo urbano, evitando a passagem de veículos pesados. Recentemente têm-se registado novos investimentos industriais nesta zona, pelo que se torna premente responder de forma rápida a todas as questões relacionadas com a melhoria das condições de mobilidade e segurança rodoviária.

No âmbito da **Sustentabilidade Energética**, após instalação de painéis fotovoltaicos no edifício da Câmara Municipal de Ílhavo, com vista a possibilitar, no futuro, o desenvolvimento de uma Comunidade de Energia Renovável, é intenção replicar o mesmo modelo noutros edifícios municipais. Os investimentos continuarão a ser priorizados, tendo em vista, nomeadamente, a melhoria das suas condições térmicas, seja pelas intervenções nas coberturas, aplicação e/ou reforço de isolamento térmico, alteração dos sistemas de caixilharia, entre outras intervenções

No seguimento das intervenções em infraestruturas desportivas municipais, após a reabilitação realizada em 2024 na Piscina Municipal de Ílhavo, seguir-se-á a obra na Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré, num valor global aproximado de 500 mil euros, por forma a melhorar as condições de utilização da mesma. Os campos de jogos exteriores existentes em todo o território também continuarão a ser alvo de reabilitação, na melhoria dos seus pavimentos, reparação das vedações de proteção, reparação e/ou substituição de equipamentos desportivos e dos sistemas de iluminação.

No seguimento daqueles que têm sido os investimentos no edifício da Câmara Municipal de Ílhavo, após a reparação das coberturas e da instalação de painéis fotovoltaicos, bem como do término da empreitada em curso de reformulação de todo o rés-do-chão, prevê-se a continuidade das ações para melhoria do edifício, nomeadamente ao nível das fachadas e de outras zonas interiores que ainda não tenham sido alvo de reformulação. Desta forma, o edifício responderá a questões de conforto e de modernização enquanto, em simultâneo, se promoverá uma melhoria da sua eficiência energética.

Na continuidade das intervenções recentemente realizadas no Parque Urbano da Malhada, será realizada uma intervenção que irá permitir a ampliação do mesmo, prolongando a zona verde

existente junto da Piscina Municipal de Ílhavo e expandindo-a, permitindo uma leitura urbana de continuidade, desde o Jardim Henriqueta Maia até ao Cais da Malhada. Esta intervenção será integrada na malha urbana, representando uma mais-valia para a cidade de Ílhavo, procurando reforçar a ligação da cidade com a Ria, mas também diretamente à Rua da Malhada.

Ainda no que respeita a zonas verdes, em 2025 será possível dar início à implementação do projeto entretanto desenvolvido para a Zona Norte da Praia da Barra, que criará um parque urbano que se desenvolve desde as piscinas da Barra até à antiga ponte, num investimento faseado que, quando concluídas todas as suas fases, representará um investimento global superior a 1 milhão de euros.

Após a empreitada de reparação da cobertura na Fábrica das Ideias da Gafanha da Nazaré, da reparação dos sistemas de segurança contra incêndios, bem como da reabilitação do antigo Fórum Municipal da Juventude que, temporariamente, alberga a Maioridade, prevê-se a continuidade de investimentos, nomeadamente para a instalação de novos ascensores, dando cumprimento legal à questão da acessibilidade e melhorando as condições para todos os utilizadores do espaço.

Após elaboração de projeto, será também em 2025 que se poderá ver materializada a reconversão do antigo posto territorial da GNR de Ílhavo, adjacente ao Tribunal de Ílhavo, para aquela que será a “Casa das Associações”. Este edifício possibilitará não apenas que as associações que hoje não dispõem de sede se possam estabelecer, mas potenciará, também, a atividade associativa ao longo de todo o ano.

No que respeita ao saneamento, durante o ano de 2025 estarão em curso as empreitadas na Gafanha do Carmo, iniciada em outubro de 2024, e a da Gafanha da Boavista, num valor global de cerca de 2,3 milhões de euros. Com a conclusão destas duas empreitadas, as grandes obras relativas a saneamento ficarão concluídas, dotando o Município de Ílhavo de uma cobertura de, aproximadamente, 100%, ficando apenas por resolver algumas localizações pontuais.

Em São Salvador, 2025 será o ano em que se espera ver concretizada a abertura da Avenida Dr. João Rocha Madaíl, dando continuidade a uma infraestrutura determinante no centro de Ílhavo, intervenção que incluirá ainda a reformulação do nó viário de ligação à Rua Vasco da Gama, nomeadamente a Rotunda do Homem do Leme, cujo projeto se encontra já concluído.

No que respeita às infraestruturas municipais, é ainda de destacar que, em 2025, se prevê a possibilidade de execução de uma nova entrada para o Cemitério de Ílhavo, dignificando o espaço existente e possibilitando a criação de salas para a realização de velórios que, atualmente, não existem. Ainda neste cemitério, estão em estudo várias soluções tendo em vista a ampliação da sua capacidade, seja em zonas adjacentes ou noutros locais da freguesia de São Salvador. No que respeita ao Cemitério da Gafanha da Nazaré, cuja lotação máxima está próxima de ser alcançada, importa dar nota que, após a aquisição de alguns terrenos, em 2024,

esse processo terá continuidade em 2025, até pelas questões jurídicas tendentes às aquisições ocorridas há alguns anos, prevendo-se que seja possível avançar com o projeto de ampliação deste espaço.

No que respeita ao planeamento, ficou concluída, em 2023, a alteração ao Plano Diretor Municipal para adaptação ao enquadramento legal estabelecido pela Lei n.º 31/2014, Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, e pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. No seguimento, foi desenvolvido o 1.º Relatório do Estado do Ordenamento do Território do Município de Ílhavo, dando cumprimento legal a uma exigência necessária para possibilitar um procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal, cuja necessidade ficou já devidamente comprovada ao longo do desenvolvimento do procedimento de alteração terminado em 2023. O REOT foi concluído em 2024, desbloqueando a possibilidade de início de um Procedimento de Revisão do PDM, cujos trabalhos se pretendem iniciar em 2025. Também neste âmbito, para responder à necessidade de revisão do PDM, bem como de atualização da base cartográfica do Município, foi iniciado, em 2024, um procedimento de aquisição de cartografia que será concluído no próximo ano, altura em que se pretende também encerrar o procedimento de delimitação da Reserva Ecológica Nacional.

No que respeita a investimentos nos diversos equipamentos, 2025 será um ano marcante para o Município de Ílhavo.

No próximo ano, o Fórum da Maioridade voltará ao seu pleno funcionamento, após uma intervenção de um valor global de cerca de 600 mil euros.

No que respeita à Inovação Digital, destacam-se os investimentos recentes no Sistema de Informação Geográfica do Município de Ílhavo, que continuará a ser desenvolvido durante o ano de 2025. A transformação digital que o Município de Ílhavo iniciou no ano de 2022, procurando a digitalização e a sistematização de toda a informação, das mais diversas áreas, numa mesma plataforma, enquadra-se, hoje, na recentemente apresentada Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes. O Município de Ílhavo procurará, de forma integrada com a estratégia nacional, desenvolver e potenciar a sua plataforma, desenvolvida internamente, não apenas para resposta a questões relacionadas com a gestão diária do trabalho, e acesso a dados para apoio à decisão, mas, também, para disponibilização de mais informação à comunidade.

Também no que respeita à gestão urbanística, em 2025, continuaremos a apostar na melhoria da gestão dos processos internos, procurando melhorar tempos de resposta e dando cumprimento às mais recentes atualizações legislativas que vieram introduzir novos fluxos de trabalho internos.

Serão mantidos os investimentos na execução de arranjos urbanísticos nas diversas freguesias, para melhoria do espaço público e das condições de mobilidade e acessibilidade, bem como o

prolongamento de vias, melhorando as condições de circulação, como são exemplo a Rua Cónego José Maria Ançã ou a ligação da Escola Secundária ao Mercado Municipal da Gafanha da Nazaré. Desta forma, os investimentos na melhoria das condições de segurança e de mobilidade continuarão a ser priorizados na zona da envolvente de equipamentos públicos, sobretudo junto aos equipamentos de ensino, com a continuidade de desenvolvimento de empreitadas para a abertura de novas vias na envolvente destes equipamentos. Destaque para a possibilidade de desenvolvimento da ligação já prevista entre o Mercado Municipal e a Escola Secundária da Gafanha da Nazaré. Também neste âmbito, continuar-se-á a implementar Zonas 30 e Zonas de Coexistência, como forma de promover uma circulação mais segura, para todos os modos de mobilidade, procurando incutir, sempre que possível, a escolha pelos modos ativos.

No **Turismo**, 2025 será o ano de arranque da liderança do município de Ílhavo no projeto âncora do Grupo de Ação Costeira “Internacionalização das Estações Náuticas”, envolvendo todos os parceiros da náutica da região de Aveiro. Dando especial ênfase e espaço aos operadores e empresas de animação turística, este projeto representará uma forte aposta da oferta náutica do nosso território, contribuindo para o desenvolvimento económico e local, cruzando com a oferta gastronómica, cultural e recursos naturais.

Os eventos gastronómicos manterão a sua relevância nas atividades a promover em 2025, potenciando a promoção e defesa da nossa identidade e estimulando a economia local. Assentes, ainda, no princípio de cadeias curtas e produtos endógenos, a certificação de Vale de Ílhavo como “Aldeia de Portugal” traz-nos novos desafios ao dinamismo da vivência do local que pretendemos implementar através da promoção de várias atividades com esse mesmo mote de local, de identidade.

Em 2025 mantém-se a aposta forte na promoção territorial, em certames nacionais e internacionais, e na estratégia na criação de produtos turísticos integrados, promovendo o destino turístico ao longo de todo o ano.

Para a **Segurança e Ação Sociais** foram reservados cerca de 1,1 milhões de euros, com destaque para o aumento da rubrica destinada às bolsas de estudo (+11%), ao Fundo Municipal de Apoio às Famílias com um incremento de 6% e a construção de creches no Município.

Certos da missão da descentralização das competências na matéria da ação social e na saúde, mantem-se o foco do trabalho em rede quer ao nível da Rede Social, quer com os parceiros da saúde, com o objetivo primordial de corresponder com respostas sociais adequadas às necessidades do nosso território e contribuindo, ainda, para a verdadeira coesão social que pretendemos ver potenciada.

O compromisso de apoiar financeiramente as entidades dedicadas às respostas sociais no nosso território mantém-se, correspondendo com a distribuição de verba sob a forma de protocolo, quer para fazer face a carências alimentares das nossas famílias mais necessitadas, quer para

assegurar necessidades de investimento essencial à garantia da qualidade de serviço. A execução do Fundo Municipal é, ainda, uma prioridade, colocando ao dispor das famílias mais vulneráveis apoios financeiros de diversas tipologias, desde o apoio ao arrendamento, passando ainda pelo reforço na ação-social escolar, bem como o reforço no número de bolsas do ensino superior a atribuir.

No Envelhecimento, em 2025, veremos o Fórum da Maior Idade com uma nova dinâmica na Gafanha da Nazaré, com o objetivo primordial de fomentar o cruzamento intergeracional nas mais diversas áreas, embora com principal incidência na educação ambiental. É ainda objetivo, na matéria do envelhecimento, chegar a outros locais do território com oferta de atividades além da atividade desportiva, contando com o reforço da equipa técnica essencial à garantia de serviço de qualidade e descentralização. Estima-se, ainda, a introdução de serviço educativo no Laboratório do Envelhecimento promovendo a partilha de conhecimento e desenvolvimento de atividades entre os mais velhos e as crianças, essencial ao seu desenvolvimento pessoal e fomentando, ainda, laços e contribuindo para a desconstrução do idadismo.

No que concerne à inclusão, a acessibilidade aos espaços físicos é, cada vez mais, uma realidade no nosso município ao nível do espaço público, dos edifícios e das ferramentas disponibilizadas para invisuais, pessoas com deficiência auditiva e na fruição da oferta cultural. Por sua vez, a acessibilidade informática ou digital é também uma prioridade, através do fomento de várias ações que promovam a literacia digital e o acesso à informação.

Do lado da receita, e no que respeita ao **Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)**, damos continuidade à estratégia de alívio da carga fiscal dos nossos munícipes com a redução da taxa para os 0,3% (prédios urbanos), discriminando-se, positivamente, os munícipes que apostem na construção de edifícios energeticamente mais sustentáveis e que contribuam para o desenvolvimento do mercado de arrendamento pela recuperação de imóveis devolutos ou degradados.

Quanto à **derrama**, manter-se-á o valor fixado no ano anterior de 1,5%, para todos os sujeitos passivos cujo volume de negócios ultrapasse os 150.000€.

Também o **Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)** manterá a taxa de participação nos 4%.

Relativamente às dotações previstas das transferências a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado (7.886.185 milhões de euros) e do fundo de financiamento de descentralização (4.564.177 milhões de euros), foram inscritos os valores que constam no Orçamento do Estado.

Destacamos ainda a receita de Fundos Comunitários, no total de 35,5 milhões de euros, maioritariamente provenientes de candidaturas apresentadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

ENQUADRAMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTAL

I. Orientação técnica e recomendações para elaboração das demonstrações previsionais

A preparação e elaboração dos documentos previsionais do Município de Ílhavo foram materializadas tendo em consideração o estabelecido nos diplomas aplicáveis, designadamente, o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, diploma que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Comunidades Intermunicipais; a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), a qual enuncia os princípios orçamentais; o Decreto-Lei n.º 54 -A/99, de 14 de setembro, pelo qual foi aprovado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e ripristinado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, do qual se mantêm em vigor os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Refira-se, igualmente, as alterações introduzidas pela Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, cujo objetivo se prende na regulamentação da contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais previsionais que se consubstanciam no Orçamento.

Nos termos previstos do n.º 46 da referida NCP 26, o Município de Ílhavo apresenta as seguintes demonstrações orçamentais previsionais:

- O Orçamento Municipal enquadrado num plano orçamental plurianual (2025 e 4 anos subsequentes, 2026/2029);
- Plano plurianual de investimentos (PPI) para idêntico horizonte de 5 anos (2025/2029) e, atendendo ao disposto na alínea e) do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, também deverá ser elaborado, neste contexto, o plano das atividades mais relevantes da gestão (PAM).

O orçamento municipal reflete, igualmente, as condicionantes estabelecidas para as autarquias locais, designadamente os montantes relativos às transferências do Orçamento do Estado e às transferências de competências, de acordo com a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A referida Lei n.º 50/2018, veio estabelecer um quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização administrativa como base da reforma do Estado.

A aprovação da predita lei, tem vindo a influenciar os exercícios económicos, com a assunção das novas e variadas competências a transferir da administração central para a esfera de atuação das autarquias locais. Reconhecendo-se as autarquias locais como um pilar essencial

para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade das populações, a mencionada lei, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais, em reconhecimento do princípio da subsidiariedade e numa lógica de descentralização administrativa como base da Reforma do Estado, com o propósito de fortalecer a autonomia local. Nesta ótica, no âmbito da transferência de responsabilidades e competências da administração central para as autarquias, a Câmara Municipal de Ílhavo com a assunção de diversos compromissos contratuais, necessariamente concorre para o acréscimo em diversas rubricas, destacando-se os gastos com o pessoal e encargos relativos com a aquisição de bens e serviços.

Os documentos previsionais para o ano de 2025 incluem os valores das competências descentralizadas ao abrigo da lei-quadro de transferência de competências, nomeadamente, nas áreas da educação, ação social e saúde.

Tendo em consideração o desiderato de anos seguintes e atendendo aos programas comunitários de apoio, foram incluídos valores para os anos de 2026 a 2029, respeitantes a financiamentos para a execução de infraestruturas e outros projetos.

Em conformidade com as competências dos órgãos das autarquias, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tal como referido, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as Grandes Opções do Plano (PPI e PAM) e a proposta de Orçamento, bem como as posteriores alterações modificativas.

Em conclusão, os documentos previsionais foram elaborados no estrito cumprimento dos princípios orçamentais e das regras previsionais definidas pelo normativo contabilístico em vigor. Refletem os projetos, obras e iniciativas estratégicas e prioritárias para a execução do atual projeto autárquico. Visam complementar a informação de caráter financeiro prestada, com a necessária consideração sobre as distintas variáveis que sustentam a sua elaboração e fundamentando assim a atividade calendarizada para o ano a que a documentação se reporta.

1.1. Previsão das receitas

Pela sua tecnicidade, o Orçamento para o ano de 2025, foi iniciado com base na projeção da receita, por forma a definir o valor máximo para a distribuição da dotação da despesa.

Condicionam as previsões de arrecadação de receita: a estimativa de transferências para os Municípios das importâncias relativas às transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos do Orçamento do Estado, do Fundo de Financiamento da Descentralização ao abrigo da descentralização e delegação de competências, também do Orçamento do Estado, as deliberações da Assembleia Municipal relativas às taxas a arrecadar de impostos municipais e outras taxas, para o ano de 2025, e as candidaturas atinentes ao quadro comunitário.

A estimativa de receitas para o ano de 2025 assenta no valor das transferências financeiras, a título de repartição dos recursos públicos publicadas no Orçamento de Estado; na capacidade de captação de receita própria, tendo por base as regras previsionais definidas no POCAL; na previsão dos impostos diretos, aplicando a regra da média dos últimos 24 meses, com base nas taxas aprovadas pela Assembleia Municipal para o ano em curso.

1.2 Previsão das despesas

A previsão de despesa teve como principais linhas orientadoras, a inerente ao normal funcionamento da autarquia; ainda a despesa estimada decorrente de compromissos já assumidos e não pagos de projetos que ainda se encontram em curso, visando este orçamento essencialmente dar continuidade aos projetos de horizonte plurianual, bem assim concluir aqueles cujo prazo de execução termine no decorrer do ano de 2025. A estes, acresce ainda a previsão de alguns projetos criteriosamente selecionados, cuja execução ficará condicionada ao eventual financiamento, mantendo o controlo da dívida, assim como a garantia da verificação do equilíbrio corrente.

Assim, na elaboração da proposta de orçamento 2025-2029 foram consideradas as despesas obrigatórias e permanentes, os compromissos já assumidos para os anos seguintes, a estimativa dos valores a transitar com os dados disponíveis à data da preparação dos documentos e o valor previsional da dívida passível de transitar.

Para além, do exposto, incluiu-se o planeamento de novas atividades e investimentos, opção do executivo Municipal, que, entre outros, serão complementados em termos de dotação com a inclusão do saldo de gerência.

Conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, cuja regra basilar é o cumprimento do equilíbrio orçamental, ou seja, o orçamento previsto da receita tem de ser suficiente para cobrir todas as despesas, o orçamento municipal foi elaborado cumprindo integralmente essa premissa.

Neste âmbito, a repartição pelos respetivos classificadores orçamentais mostra-se como uma ferramenta estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento. Compõem, portanto, a estrutura de base, que identifica cada uma das linhas orçamentais de receita e despesa.

II. Enquadramento estratégico dos documentos previsionais

A atual proposta dos documentos previsionais para 2025, foi elaborada em concertação com os princípios da governação autárquica, entre eles, o do equilíbrio, da transparência, da estabilidade e rigor orçamentais, fundamentais na prossecução da satisfação do munícipe e o desenvolvimento do território. Para o efeito, a correta alocação dos recursos, bem como a seletividade da despesa municipal, continuarão a ser os alicerces capitais do orçamento municipal.

O orçamento municipal é, portanto, um instrumento previsional de gestão do município que incorpora as receitas a arrecadar e as despesas a executar pelas autarquias, catalogando-as e identificando as fontes de financiamento. Trata-se de um instrumento de gestão com força legal, com normas bem definidas de elaboração, aprovação, modificação e execução previstas na lei, assumindo os membros dos órgãos autárquicos responsabilidades legais. Constitui um instrumento político na medida em que reflete opções de uso dos recursos previstos e sustenta as opções do plano, sendo concretizado pela Câmara Municipal nos termos deliberados pela Assembleia Municipal.

De forma resumida, o orçamento municipal cifra-se em 70.200.000 euros, as Grandes Opções do Plano (GOP) totalizam 49.899.850 euros, que compreende o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no valor de 39.780.350 euros, e as Atividades Mais Relevantes (PAM), no montante de 10.119.500 euros.

O montante global do orçamento da Câmara Municipal de Ílhavo para 2025, tal como referido, assume o valor de 70.200.000 euros. Em comparação com o ano de 2024 verifica-se um acréscimo aproximado de 91%, no qual o valor análogo totalizou 36.700.000 euros, ambos sem saldo de gerência.

No que respeita à despesa de funcionamento (20.300.150,00€) com um acréscimo de 6,5%, em relação ao ano de 2024 (19.061.650,00€), representando 28,92% da globalidade do orçamento.

Estes montantes retratam uma estabilidade preponderante nas contas municipais e refletem a contínua contenção da despesa, da diminuição equilibrada da dívida e do cumprimento do respetivo serviço, mantendo a capacidade de assegurar um meritório nível de investimento no Plano que, para 2025, regista o valor total de 58.467.850,00€ (inclui o financiamento não definido), que se traduz num substancial aumento na ordem dos 46 pontos percentuais.

Nas Grandes Opções do Plano a coluna respeitante a valores não definidos no montante de 8.568.000,00€ respeita, para o período em apreço, não só à previsão do saldo de gerência como também a outros projetos que se iniciarão caso haja o necessário financiamento.

Cumulativamente com o investimento previsto, tendo em consideração os objetivos de anos seguintes e atendendo aos programas comunitários de apoio (Portugal 2030 e PRR), o atual

documento não negligenciou a importância que circunda os fundos comunitários. Nesta rubrica, o montante de 35,5M€ previstos, assim como o financiamento acrescido, consequência de novas e eventuais candidaturas, permitirá materializar a estratégia definida para promover o desenvolvimento sustentado do município. Mantém-se como preocupação do Executivo maximizar estes quadros comunitário e potenciar as oportunidades que possam advir de quadros vindouros.

Verifica-se um pequeno aumento nas aquisições de bens e serviços com 13.623.190 euros contra os previstos 12.962.850 euros de 2024. Esta rubrica encontra-se condicionada pelas flutuações registadas nos preços praticados pelos mercados, em consequência do contexto geopolítico internacional.

Em igual sentido, mas bastante acentuado, regista-se um reforço em quase 400%, no valor das aquisições de bens de capital passando de 8.115.500 euros em 2024 para 39.525.850 euros, tendo em consideração o já referido, sobretudo, pela capitalização das verbas procedentes dos quadros comunitários em vigor, em especial o PRR, pese embora estes valores fiquem sujeitos, ao longo do ano, à natural dinâmica orçamental.

No entanto, o valor previsto para investimento tenderá a aumentar com a integração do saldo de gerência que se perspetiva que ocorra antes da aprovação da Prestação de Contas.

Relativamente às GOP, documento que cumpre quer as regras da boa gestão quer as condicionantes impostas pela Lei das Finanças Locais ou ainda a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, apresentar um nível de investimento municipal notável, com um valor recorde de 49.899.850 euros, a que acrescerá um montante previsto na ordem de 8,6 milhões de euros, justificado em nota supra e no qual está incluído o saldo de gerência.

O referido valor, constante das Grandes Opções do Plano para 2025, apresenta, para já e antes da integração do saldo de gerência, um aumento de 182,91%, se o compararmos com o valor inicial previsto para 2024, que se cifrava em 17.638.350 euros, conforme melhor explicação acima.

Pese embora a incerteza gerada pelo contexto geopolítico internacional, o orçamento ora em análise encontra-se habilitado em suportar os principais investimentos e projetos que, alguns de carácter plurianual, terão naturalmente implicações na despesa de exercícios posteriores.

Independentemente do contexto macroeconómico, de excepcional exigência em que se elaboram os documentos previsionais, o exercício orçamental para 2025 assenta em princípios de responsabilidade que possibilitem, por um lado o equilíbrio orçamental e por outro a mitigação das assimetrias atinentes à coesão económica, social e territorial do nosso Concelho.

III. Quadro Plurianual de Programação Orçamental

De acordo com o disposto no artigo 44º do RFALEI, devem os municípios aprovar, em paralelo com a proposta do orçamento municipal, a proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) e devem ter em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado (OE).

Nos termos do n.º 1 do artigo 44º da citada norma, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo uma proposta de QPPO, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, em articulação com as Grandes Opções do Plano.

Este documento define os limites para a despesa do município, bem como para as projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes.

Registe-se ainda que o artigo 47º, da mesma lei, informa que os “elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”. Todavia, a aludida publicação não foi materializada até à data, na qual se prevê a vinculação da despesa e da receita num quadro financeiro dinâmico para um período temporal de quatro anos, sendo os aludidos limites vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, pelo que devem ser atualizados anualmente.

Sobre esta matéria, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) emitiu a Circular n.º 82/2016/AG, de 14/10-2016, contendo o seu entendimento relativo à elaboração do Quadro Plurianual Municipal, que se mantém em vigor. Daí, entende-se que não estão criadas as condições legais para o cumprimento do artigo 44º do supramencionado diploma, por omissão legislativa do Governo desde janeiro de 2014.

No entanto, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) defende que o QPPO, ainda que não tenha sido publicada a referida regulamentação, pode ser elaborado.

Seguindo o preconizado pela DGAL, apresentamos de seguida a proposta de Quadro Plurianual de Programação Orçamental (2025-2029), contendo os limites da despesa e as projeções das receitas, com indicação dos respetivos valores globais, tendo em consideração as previsões macroeconómicas subjacentes à proposta do Orçamento do Estado para o próximo ano. Mais se refere que estes valores serão sujeitos a atualização por força da integração do saldo de gerência.

QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

RECETA	2025	2026	2027	2028	2029
CORRENTE	32 530 304,00 €	33 278 500,99 €	33 944 071,01 €	34 622 952,43 €	35 315 411,48 €
Proveniente OE	10 524 904,00 €	10 766 976,79 €	10 982 316,33 €	11 201 962,65 €	11 426 001,91 €
Receitas Próprias	22 005 400,00 €	22 511 524,20 €	22 961 754,68 €	23 420 989,78 €	23 889 409,57 €
CAPITAL	37 669 696,00 €	38 536 099,01 €	39 306 820,99 €	40 092 957,41 €	40 894 816,56 €
Proveniente OE	1 925 458,00 €	1 969 743,53 €	2 009 138,40 €	2 049 321,17 €	2 090 307,60 €
Receitas Próprias	35 744 238,00 €	36 566 355,47 €	37 297 682,58 €	38 043 636,24 €	38 804 508,96 €
TOTAL	70 200 000,00 €	71 814 600,00 €	73 250 892,00 €	74 715 909,84 €	76 210 228,04 €

DESPESA	2025	2026	2027	2028	2029
CORRENTE	27 819 140,00 €	28 458 980,22 €	29 028 159,82 €	29 608 723,02 €	30 200 897,48 €
CAPITAL	42 380 860,00 €	43 355 619,78 €	44 222 732,18 €	45 107 186,82 €	46 009 330,56 €
TOTAL	70 200 000,00 €	71 814 600,00 €	73 250 892,00 €	74 715 909,84 €	76 210 228,04 €

Para os anos de 2026 a 2029 foi considerada a taxa de inflação de acordo com a projeção macroeconómica do Conselho das Finanças Públicas, vertida na proposta do Orçamento do Estado. Os valores supra não incluem o saldo de gerência que será distribuído mediante deliberação dos órgãos municipais.

IV. Equilíbrio orçamental

O atual Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, plasmado na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, reforça a regra do equilíbrio orçamental, no seu artigo 40º, ao estipular que as receitas correntes devem dar cobertura às despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo.

A presente proposta de orçamento cumpre esta regra apresentando para o final de 2025 uma previsão com uma margem orçamental de 4,4M€ euros, tal como se demonstra no quadro infra:

Descrição	Valor
(1) Receita corrente bruta prevista	32 530 304,00 €
(2) Despesa corrente prevista	27 819 140,00 €
(3) = (1) – (2) Saldo Corrente	4 711 164,00 €
(4) Amortização média dos Empréstimos MLP	315 132,96 €
(5) = (3) – (4) Excedente anual	4 396 031,04 €

O indicador supracitado, permitirá libertar saldo para despesas de capital, especialmente para financiamento do investimento, desde logo em áreas prioritárias, numa lógica de equilíbrio orçamental e equidade intergeracional, princípios basilares que devem regular a atividade financeira da Câmara Municipal.

Nos termos da Lei n.º 73/2013, e de acordo com o artigo 52º, a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a receita corrente líquida cobrada nos três últimos exercícios.

Ora os valores previsionais apontam para que o valor do Município de Ílhavo, no final do próximo exercício, e mantendo a continuidade dos últimos anos, se mantenha abaixo de $\frac{1}{10}$ do limite legal, o que se traduz num excelente indicador, sinónimo de uma sólida gestão autárquica.

De igual forma, e à semelhança do ocorrido no último exercício, o executivo pretende que a execução da sua receita se mantenha acima de 85%, cumprindo com o preconizado na Lei das Finanças Locais, tendo sido em 2021, 2022 e 2023, respetivamente, de 90,36%, 99,17% e 99,87%, esta última a percentagem mais elevada neste indicador desde a entrada em vigor da predita lei.

V. Entidades participadas

Ainda de acordo com a RFALEI, na sua alínea c), do n.º 2, do artigo 46.º, o orçamento municipal inclui, o mapa das entidades participadas, bem como a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente, conforme o quadro infra:

Participações em entidades societárias

31/10/2024

Entidade participada		Participação	
		Valor nominal subscrito	%
Denominação	NIPC		
AdCL - Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	592 485,00	1,48%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	1 449 175,00	8,28%
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	24 950,00	0,77%
PCI - Parque Ciência Inovação, S.A.	509 574 254	375 000,00	5,00%

Participações em entidades não societárias

Entidade participada		Contribuição
		Formas da realização
Denominação	NIPC	Meios monetários
ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	5 645,46
Associação de Municípios do Carveiro - Vouga	501 816 267	---
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro-Baixo Vouga	508 771 935	36 029,00

Unidades de participação detidas em títulos e obrigações de participação

Entidade participada		Participação	
		Valor nominal subscrito	%
Denominação	NIPC		
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	743 593,50	0,025%

Entidades com representação municipal

Entidade representadas		Contribuição
		Formas da realização
Denominação	NIPC	Meios monetários
AEMA – Associação Europeia Municípios c/ Marinas ou Portos de Recreio	504 447 696	---
APDDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas	501 944 893	500,00
Associação Adapt Local	516 934 317	2 000,00
Associação Musical das Beiras	503 578 126	---
Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica	514 874 201	800,00
Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde	-----	---
Comissão de Protecção de Menores e Jovens em Risco de Ílhavo	-----	---
Comunidade Portuária de Aveiro	503 750 310	---
Conselho Consultivo da Formação Profissional para o Distrito de Aveiro	-----	---
Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal	508 808 324	---
Fecipe - Federação Europeia de Cidades da Pesca	-----	---
Mesa Permanente Luso Espanhola	504 266 535	---
Núcleo de Inserção Profissional	-----	---

Tal como demonstra o quadro supra, o Município de Ílhavo detém participações sociais no capital de quatro entidades, a saber Águas da Região de Aveiro (AdRA), Parque de Ciência e Inovação (PCI), Municípa Empresa de Cartografia e Serviços de Informação e Águas do Centro Litoral (AdCL), cuja informação mais detalhada se encontra nos documentos que fazem parte integrante da última prestação de contas aprovada.

Os empréstimos contraídos por estas entidades e respetivo endividamento total (na respetiva proporção do capital social) concorrem para os limites ao endividamento das entidades participadas, em caso de incumprimento das regras para o equilíbrio das contas, consequência de um resultado líquido antes de impostos negativo.

Refira-se ainda que o Município de Ílhavo foi compelido a contribuir com 743.593,50€, a título de capital subscrito, para o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Sem prejuízo do anteriormente referido, o município participa ainda num vasto conjunto de Associações e Entidades, pagando, em regra, a quota anual.

Para uma informação mais minuciosa, a discriminação das despesas e das receitas pode ser verificada pela análise dos mapas que acompanham este relatório, nomeadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, sendo que este último incorpora o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipal.